

# Entre a esperança e os desafios: perspectivas para o terceiro governo Lula

# Índice

- 03** Introdução - Esperançar diante dos desafios  
*Marcelo Álvares de Lima Depieri*
- 07** Recuperar e construir o futuro  
*Rosa Maria Marques*
- 12** Política externa brasileira em 2023: desafios frente ao mundo em transformação  
*Tatiana Berringer*
- 17** Balanço, projeção e desafios da Reforma Agrária Popular no Brasil atual  
*Ceres Hadich*
- 22** O futuro do bolsonarismo diante da derrota de Bolsonaro  
*Entrevista com Camila Rocha*
- 27** O Poder Popular necessário - desafios e potencialidades  
*Kelli Mafort*
- 33** Considerações Finais  
*Observatorio da América Latina e do Caribe (OBSAL)*  
*Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*

# Introdução - Esperançar diante dos desafios

*Por Marcelo Álvares de Lima Depieri<sup>1</sup>*

## **As condições externas**

A crise civilizatória em que passa o mundo ganhou novas escalas com a pandemia da covid-19 e a Guerra da Ucrânia. Nos relatórios do Observatório de Conjuntura da América Latina e do Caribe ([OBSAL](#)), destacamos que a manifestação dessa crise é resultado do desenvolvimento capitalista, mais especificamente em sua fase que tem o capital financeiro como hegemônico para a sua acumulação, que se expressa socialmente pelas políticas neoliberais.

O aumento das desigualdades sociais, as catástrofes ambientais e a ascensão do neofascismo e de líderes políticos de extrema direita são algumas das expressões da crise civilizatória. A crise da covid-19 levou milhões à fome e à extrema pobreza, quebrou cadeias produtivas, que desorganizaram a produção mundial. A Guerra da Ucrânia potencializou os problemas da pandemia, principalmente aqueles relativos ao acesso a alimentos, matérias-primas, energia e insumos essenciais para a reprodução material da vida no mundo inteiro. Um dos principais efeitos econômicos foi a inflação.

Muitos dos países do Norte Global, para combater a escalada dos preços, aumentaram suas taxas de juros. Essa forma visa, sobretudo, debelar a inflação pelo lado da demanda, mas possui suas consequências. É sabido que a elevação da taxa de juros pode trazer um efeito regressivo para as economias, dentre outras coisas, por encarecer o crédito e o investimento produtivo e inibir o consumo, principalmente aquele à prazo, deixando os investimentos financeiros com maior atratividade. Os Estados Unidos conviveram com uma recessão no primeiro semestre de 2022 ao apresentarem queda de seu PIB nos dois primeiros trimestres do ano. Esse resultado pode ser explicado, em parte, pelos sucessivos aumentos das taxas de juros norte-americanas desde 2021. Em julho de 2022, o Banco Central Europeu subiu sua taxa de juros pela primeira vez em 11 anos. Em setembro, houve nova alta, de 0,75 p.p., a maior desde 1999.

A China, por sua vez, na contramão do mundo, eliminou a extrema pobreza no país em 2021. Além disso, no campo da política econômica, diferencia-se do que vem sendo colocado em prática em muitos países do Norte Global, que é o aumento da taxa de juros. O governo chinês mantém sua política de estímulo monetário e creditício para induzir sua economia. Por outro lado, um fator de incertezas para o desempenho econômico global pelo lado chinês é a política de Covid Zero, que diminui as atividades econômicas em grandes cidades em momentos de sur-

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e professor titular de economia na Universidade Paulista (Unip).

to da doença. Vale destacar que a medida é louvável do ponto de vista humanitário, priorizando a defesa da vida e mostrando que todas as vidas importam.

O relevante a se destacar dessa conjuntura internacional é que os efeitos das políticas monetárias do segundo semestre de 2022 serão sentidos ao longo de 2023, e a possibilidade de novas ondas de covid trazem um cenário de incerteza. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório de outubro de 2022, projeta uma desaceleração econômica para 2023, com possibilidade de recessão para economias importantes como a Alemanha e a Itália. Para a economia dos EUA, a projeção é de crescimento de apenas 1%, menor do que a projetada para 2022 (1,6%).

Desse modo, o ano de 2023 não será um ano fácil no contexto econômico mundial. As medidas que serão adotadas por cada país ganham maior relevância diante do cenário de relativa estagnação econômica. O cenário externo é um dos desafios que o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva enfrentará.

### **As condições internas**

Nos últimos quatro anos, o Brasil esteve sob a presidência de Jair Bolsonaro. No contexto da região da América Latina e do Caribe, foi a figura mais representativa do fenômeno global de ascensão de líderes protofascistas que levaram a cabo governos de extrema direita.

Nos informes de conjuntura realizados pelo OBSAL, desde 2021, o governo Bolsonaro foi caracterizado como um governo que colocou em prática um projeto de destruição. Essa forma de governar ficou muito aparente no trato à pandemia da covid-19, porém, o alvo desse projeto foi amplo, envolvendo as instituições democráticas, os direitos dos trabalhadores, as empresas estatais, os povos originários, a natureza, entre outros.

Os ataques de Bolsonaro à democracia se intensificaram no período eleitoral. Além do discurso questionando as urnas eletrônicas, colocando em xeque o processo eleitoral brasileiro, o governo abusou da utilização da máquina pública para tentar ganhar as eleições. Além disso, ao longo da campanha de segundo turno foi intensificada a utilização das *fake news* por parte de Bolsonaro, em falas públicas e em debates, e também por seus apoiadores.

O contexto interno impõe também uma série de desafios para reconstruir o que foi destruído nos últimos quatro anos. O novo governo terá que enfrentar uma composição do Congresso Nacional que, em sua maior parte, foi aliada de Bolsonaro. Na Câmara, o número de deputados que formavam a base do governo Bolsonaro se manteve como maioria; já no Senado Federal, houve um aumento desses parlamentares, que já eram maioria desde o último período. No manejo das políticas públicas, o desafio fica para a destinação das verbas para o orçamento de 2023 realizada em 2022 pelo governo de Bolsonaro, que deixou de destinar recursos para políticas de transferência de renda e diminuiu para as áreas da saúde, educação, habitação entre outras.

### **Esperançar, sem medo de ser feliz**

O país, após os quatro anos de governo Bolsonaro, a pandemia da covid-19 e a guerra da Ucrânia, saiu bastante machucado, mas não totalmente destruído. As eleições presidenciais de 2022 aconteceram, e Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), saiu vencedor, voltando ao poder depois de 12 anos.

Apesar de ter sido a eleição mais disputada da história política brasileira, em que Lula obteve 50,90% dos votos válidos, contra 49,10% de Bolsonaro, o petista bateu o recorde de votos recebidos por um candidato no Brasil, ultrapassando 60 milhões de votos. Essa vitória se torna ainda mais expressiva, uma vez que Lula teve que enfrentar, além de Bolsonaro, toda a máquina pública usada para reeleger o então presidente.

A derrota de Bolsonaro foi uma vitória dos setores democráticos contra a extrema direita e seus representantes neofascistas. O projeto defendido por Lula em sua campanha é um projeto de reconstrução, que visa recuperar a economia, debelar mazelas sociais como a fome e a extrema pobreza, retomar o protagonismo do país nas relações exteriores no âmbito da região da América Latina e do Caribe e na esfera mundial, retomar a política ambiental e a defesa do meio ambiente e ser figura inspiradora para lutas sociais no Brasil e na América Latina.

Lula, ao iniciar o seu mandato, ficará atrás apenas de Getúlio Vargas como presidente que mais esteve à frente do cargo na era republicana. Vargas ficou ao todo, contando o primeiro (1930-45) e o segundo (1951-54) mandato, mais de 18 anos no cargo. Já Lula entrará em seu nono ano à frente da presidência da república.

Incontestavelmente, Lula é uma figura que tem o respaldo internacional, dos setores internos da política brasileira, e, o mais importante, do povo brasileiro que o elegeu em uma votação histórica. Povo este que deu uma lição de dignidade e de formação de consciência, principalmente naquelas mentes gananciosas, que, por alienação, acham que todos possuem o mesmo pensamento curtoprazista e de ganho fácil. A maior parte do povo pobre desse país ficou com Lula, mesmo com o aliciamento descarado por parte do governo, que ofertou benefícios sociais no ano eleitoral sem verbalizar que esses mesmos benefícios seriam finalizados ao final de seu mandato.

O mundo das finanças e o neoliberalismo moldaram nossas subjetividades, mas as eleições no Brasil mostraram que há motivos para ter esperança e o voto do povo foi o principal deles. As condições materiais de hoje não são as mesmas das encontradas em 2002, ano da primeira eleição de Lula, mas a sensação de alma lavada talvez seja até maior. A sensação de prazer é subsequente da sensação de desprazer a durante o governo Bolsonaro os dissabores foram muitos. O momento é de esperar, mas esperar sob as condições dadas. E relembando Marx, pois sempre foi assim, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, fazem sob condições materiais dadas”.

O presente Caderno teve como principal objetivo esperar, reconhecendo nossas vitórias, nossas potencialidades e apontando as janelas de oportunidades para avançar, mas sem jogar falsas ilusões para o nosso povo e nem esconder os desafios e dificuldades que teremos pela frente.

Nosso estudo foi o resultado de um esforço de reflexão de cinco mulheres, que toparam ser parceiras do OBSAL nesta tarefa, para pensar sobre as perspectivas para o Brasil e pontuar os efeitos para a América Latina e o Caribe sob o terceiro mandato de Lula. O Caderno contou com quatro textos, uma entrevista e as considerações finais, além desta introdução.

O primeiro texto, *Recuperar e construir o futuro*, é de Rosa Maria Marques, que se debruçou sobre a economia brasileira, fazendo um rápido balanço dos retrocessos nos últimos anos e destacando as possibilidades de avanço no futuro governo. O segundo é de Tatiana Berringer, *Política externa brasileira em 2023: desafios frente ao mundo em transformação*, que inicialmente fez uma contextualização da política externa mundial e regional, aprofundando a análise da política externa brasileira sob a gestão Bolsonaro e finalizando com as perspectivas para a área, com

base nas diretrizes do programa de governo do PT. Posteriormente, no terceiro texto, *Balanço, projeção e desafios da Reforma Agrária Popular no Brasil atual*, Ceres Hadich, além de analisar a política agrária desde o golpe contra Dilma Rousseff em 2016, iniciou o texto fazendo uma contextualização do desenvolvimento histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o finalizou destacando os desafios do movimento e da política de distribuição de terras para os próximos anos. Em *O futuro do bolsonarismo diante da derrota de Bolsonaro*, entrevistamos Camila Rocha. Na entrevista, foram tratadas questões mais gerais como o fenômeno de ascensão da extrema direita em âmbito global, e também mais específicas como a caracterização do bolsonarismo. Ainda, foram feitos alguns apontamentos sobre o futuro da extrema direita no Brasil e na América Latina com a derrota de Bolsonaro e a vitória de Lula. Por fim, no quinto texto, *O Poder Popular necessário – desafios e potencialidades*, de Kelli Mafort, é analisado o Poder Popular como estratégia de mudanças diante dos desafios impostos pelo desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade e pela própria conjuntura brasileira.

Esperamos que essas “vozes” contribuam para a reflexão e possam servir para enriquecer os debates que temos nos movimentos populares de *Nuestra América*. Que a esperança sirva de impulso para (re)construir as lutas necessárias à libertação de nossos povos.

# 1. Recuperar e construir o futuro

Rosa Maria Marques<sup>2</sup>

## 1.1 A política de terra arrasada

Aqueles mais velhos na jornada da vida devem se lembrar que o Brasil foi identificado como o país do futuro durante muito tempo. Bastaria esperar que a ele chegaríamos, pois a trajetória da superação do subdesenvolvimento e do atraso já estava sendo trilhada. Para frustrar as expectativas que se criaram em torno dessa certeza, o mundo começou a mudar ao final dos anos 1970 e, com ele, desapareceram as condições em torno das quais muitos acreditavam que estávamos superando nossos limites e se acercando desse futuro enquanto nação soberana e bem situada na divisão internacional do trabalho capitalista.

No mundo, a forma particular de reprodução do capital, que havia sustentado a expansão econômica durante os 30 anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, havia se esgotado e deu lugar à dominância financeira e ao neoliberalismo, sua face ideológica e política. No Brasil, isso implicou o fim do período de substituição das importações, a crise da dívida externa e o enfraquecimento do Estado como indutor importante da economia.

Apesar da democratização do país, que culminou na aprovação da Constituição de 1988, os anos que se seguiram foram anos de “adequação” do país à nova ordem mundial. Esse processo de adequação foi longo no tempo, tendo no seu interior um interregno quando dos governos capitaneados pelo PT. Mesmo assim, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, não houve anulação dos processos ocorridos nos governos anteriores, muito embora é preciso reconhecer que durante o primeiro governo de Dilma, o tripé macroeconômico formado pelo câmbio flutuante, meta de inflação e *superávit* fiscal foi bastante enfraquecido. Além disso, o governo enfrentou os juros praticados pelo setor financeiro, especialmente dos bancos, oferecendo juros mais baixos através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, o que, evidentemente, foi fortemente criticado e combatido pelos banqueiros e seus porta-vozes.

Dessa forma, quando voltamos nosso olhar para o que se tornou permanente de 1991 ao presente ano, vemos que o país, com altos e baixos, não deixou de seguir a trajetória de se adequar às novas regras ditadas pela hegemonia financeira e pelo neoliberalismo. A desregulamentação da esfera financeira e a adoção do câmbio flexível; a venda do patrimônio público; a introdução na esfera pública de critérios de avaliação e eficiência utilizados nas grandes empresas privadas; a primazia do pagamento do juros da dívida em detrimento da alocação orçamentária de recursos para atender as necessidades da população; o abandono do papel do Estado como agente fundamental no desenvolvimento de políticas estratégicas; a contínua desindustrialização do país; a aprovação da reforma trabalhista, criando as bases para a flexibilização da parte do mercado de trabalho que ainda se mantinha na formalidade; a ausência de políticas industriais; o avanço da

---

<sup>2</sup> Economista, professora titular da PUC-SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

destruição dos biomas, com destaque para o da Amazônia, do cerrado e do pantanal, integram as “mudanças” que ocorreram nesses últimos 31 anos.

Nos últimos anos desse período, particularmente durante o governo de Jair Bolsonaro, essa trajetória se acelerou e, em algumas áreas ou aspectos, registrou mudanças qualitativas. É o caso do desmantelamento do Estado e do avanço das atividades do agronegócio e da mineração sobre terras indígenas e da Amazônia. No caso do Estado, somando-se à redução drástica de recursos que foi promovida em algumas áreas, tais como educação, ciência e tecnologia e em alguns programas relacionados aos direitos da mulher e/ou vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), houve redução da capacidade analítica e propositiva de seus quadros, para o qual contribuiu o apagão de dados decorrente do atraso na realização do Censo, mas não tem nele sua única causa. É preciso lembrar que o Censo não foi realizado porque não foram alocados recursos para sua realização, e não devido à pandemia de covid-19 que já estava em curso. O México, por exemplo, realizou seu Censo, e de maneira presencial, apesar da pandemia, tomando todos os cuidados profiláticos sugeridos pelas autoridades sanitárias.

Sem querer enfatizar o que todo mundo sabe – ou deveria saber –, se não conhecemos quem somos, isto é, quantos somos, qual a composição demográfica de nossa população, qual sua renda, entre outras informações levantadas pelo Censo, não há como fazer políticas públicas. O desprezo pela informação traduz a ideia do governo Bolsonaro a respeito da relação entre Estado e sociedade. Se, por exemplo, é defendido que a educação infantil seja de responsabilidade da família e por ela ministrada, não há motivo de saber qual seria a necessidade de recursos públicos para essa área (VARGAS e MARQUES, 2022).

Em relação ao avanço do agronegócio e da mineração no bioma Amazônia, os dados são assustadores. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 03/11/2022, informava que, até 2020, já haviam sido desmatados no Bioma Amazônia 729.781,76 km<sup>2</sup> e, na Amazônia Legal, 813.063,44 km<sup>2</sup>. Em 18/11/2021, o INPE divulgou que, entre 1º de agosto de 2020 e 31 de julho de 2021, a taxa de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira teve um aumento de 21,97%, correspondendo a 13.235 km<sup>2</sup>. O nível de descaso com relação ao meio ambiente, especialmente com relação à preservação da Amazônia, durante o governo Bolsonaro, foi tal que países suspenderam o envio de recursos para o Fundo Amazônico<sup>3</sup>.

A prioridade dada ao agronegócio foi acompanhada da ausência de políticas com relação à indústria, de modo que o processo de desindustrialização que já vinha em curso se aprofundou e, da indústria que aqui permanece, são poucas as que estão acompanhando e incorporando os avanços tecnológicos, ampliando sua diferença com relação às novas normas de produção mundiais em matéria de produtividade e de custos. Sem falar que não houve avanço nenhum no sentido de coadunar as atividades com a recuperação e preservação do meio ambiente.

Do ponto de vista social, a deterioração das condições de vida e da ocupação também registrou alterações qualitativas. O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome e diminuído a pobreza absoluta e a desigualdade de renda entre os ocupados, mediante políticas de transferência de renda (especialmente com o desenvolvimento do Programa Bolsa Família) e política de valorização do salário mínimo (de 74,33% de ganho real entre 2004 a 2016), aumentado a participação do mercado formal de trabalho no total dos ocupados e registrado o mais baixo nível de desocupação, voltou a conviver com indicadores extremamente preocupantes nessa área. É de conhecimento

---

<sup>3</sup> Assim que ficou claro que Lula havia ganho as eleições do segundo turno, Noruega informou que iria voltar a fazer as transferências para o Fundo Amazônico, o que foi seguido pela Alemanha.

geral que 33 milhões de brasileiros passam fome e que 61,3 milhões encontram-se em situação de insegurança alimentar. As cenas de pessoas procurando comida no lixo, que deram lugar às filas para ganhar ou comprar osso, dificilmente serão esquecidas por aqueles que se sensibilizam com a situação dos mais pobres.

Em paralelo, a taxa de desemprego mantém-se em nível elevado (8,9% no trimestre encerrado em agosto de 2022), atingindo 9,7 milhões de trabalhadores; e só não é maior porque o aumento da ocupação ocorreu mediante a ampliação do trabalho informal e precário. No Brasil dos últimos anos, estamos assistindo à crescente informalização e precarização do mercado de trabalho. Em setembro de 2022, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) informava que os desocupados, os trabalhadores desprotegidos, os desalentados, os subocupados por insuficiência de horas e em negócios familiares, totalizavam cerca de 60 milhões de pessoas. O resultado desse processo foi a redução da renda do trabalhador. Em 2021, o rendimento domiciliar real *per capita* foi 6,2% menor do que em 2020 (ano em que o Produto Interno Bruto – PIB registrou queda de 3,9%). Esse rendimento foi o menor registrado pela série iniciada em 2012 (IBGE, 2022).

## **1.2 O retorno da esperança e a construção do futuro**

No dia 30 de outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República pela terceira vez, o que é inédito na história do Brasil. A diferença com relação a seu oponente, o atual presidente Jair Bolsonaro, foi de apenas 2.139.645 de votos, menor do que a ocorrida na disputa entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, em 2014. Também é a primeira vez, desde a redemocratização do país, que um presidente não é reeleito. Em relação ao primeiro turno, Bolsonaro ampliou os votos recebidos em mais de 7 milhões (7.134.009), enquanto Lula em 3.086.495. Ao final, Lula obteve 60.345.999 de votos e Bolsonaro 58.206.354.

Lula ganhou em 13 dos 26 Estados, especialmente na Região Nordeste do país, registrando uma vitória no Norte, outra no Centro-Oeste e ainda outra no Sudeste. Comparado ao resultado de 2018, quando Bolsonaro derrotou o candidato do PT, Fernando Haddad, Lula ampliou sua votação nos demais Estados. Dessa forma, o resultado favorável a Lula foi decorrente tanto da esmagadora adesão dos eleitores a sua candidatura no Nordeste, como dessa ampliação.

Lula recebeu 76,83% dos votos válidos no Piauí e 72,11% na Bahia, ambos estados do Nordeste, e Bolsonaro obteve 69,27% em Santa Catarina e 62,40% no Paraná, estados localizados na Região Sul. As pesquisas prévias à eleição apontavam predomínio de intenção de voto em Lula entre eleitores com até 2 salários mínimos, entre católicos, entre os eleitores com escolaridade baixa e entre a parcela dos mais jovens, de 16 a 24 anos, na faixa de idade de 45 a 59 anos, e entre os com 60 anos ou mais. Chama atenção que, entre o segmento mais afetado pelo desemprego e pela precarização do trabalho, com idade entre 25 e 44 anos, Bolsonaro recebia o maior percentual de intenção de votos.

A chapa Lula-Alckmin, vencedora do pleito, constitui uma frente ampla democrática que reuniu forças políticas das mais diferentes matizes, inclusive lideranças que até a pouco tempo não se falavam. Não se trata, portanto, da reprodução da candidatura de Lula de 2002, quando convidou para ser seu vice José Alencar do inexpressivo Partido Liberal de então. Alckmin, até pouco tempo, estava no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que sempre se colocou como oposição ao PT e que participou do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Hoje, Alck-

min está no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, para além do seu vice, Lula obteve apoio, especialmente no segundo turno, que foi da esquerda mais radical a personalidades situadas no campo do neoliberalismo, sem falar das inúmeras manifestações feitas por diferentes segmentos da sociedade, entre as quais se destaca a realizada pelos bispos da igreja católica.

A união de tão diferentes origens e classes expressa o reconhecimento de que era absolutamente necessário impedir a continuidade de Bolsonaro no governo. Dizia-se que era uma luta entre civilização e barbárie. Além do desmonte do Estado e do tamanho da redução, antes impensável, dos recursos destinados para a área da educação, ciência e tecnologia, para programas voltados para as mulheres, entre outros, Bolsonaro ainda armou a população, promoveu o maior desmatamento da região amazônica e insuflou o racismo, a intolerância religiosa, os ataques aos indígenas e o ódio contra os LGBTQIA+.

Frente a isso, a vitória dessa chapa implica o fim desse descabro e a retomada da esperança.

O novo governo, no entanto, somente tomará posse no dia 1º de janeiro de 2023. Até lá, algumas bandeiras defendidas na campanha precisam ser viabilizadas na definição do orçamento a ser aprovado ainda na gestão de Bolsonaro. São elas: o aumento real do salário mínimo e o pagamento, em janeiro, do Auxílio concedido aos mais pobres. Sobre isso, no primeiro dia de trabalho da equipe da chapa Lula-Alckmin encarregada dos trabalhos de transição do governo, ficou evidente que não foi previsto nenhum recurso para o pagamento do Auxílio, nem para o Programa de Merenda Escolar, entre outros. Para fazer frente a essas despesas, a equipe terá que contar com o apoio da Câmara e do Senado atual para aprovar uma Emenda Constitucional que permita, em caráter emergencial, gastos além do teto previsto pelo orçamento federal.

Garantido isso, o novo governo terá que enfrentar todos os problemas que se acumularam nos últimos seis anos e ainda aqueles que são estruturais em nossa sociedade, o que exigirá definição de prioridades de curto, médio e longo prazo em áreas como meio ambiente, desenvolvimento, educação, saúde, reindustrialização, direito dos povos indígenas e quilombolas, soberania nacional, participação popular nas decisões, diminuição das desigualdades, combate ao racismo e ao feminicídio, segurança pública e um sem fim de outras áreas.

Tudo isso precisará ser feito considerando que, além do orçamento continuar a ser regido pelo princípio do congelamento dos recursos, o novo governo não detém a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado e que, nessas duas casas, foram eleitos bolsonaristas radicais, tanto do ponto de vista da pauta dos costumes quanto da maneira de conceber a relação entre sociedade e Estado. Soma-se a isso o fato, indubitável, que praticamente a metade do país coaduna com os valores defendidos por Bolsonaro e estarão dispostos, ao que tudo indica, de se mobilizarem, pelo menos em parte, contra o governo Lula.

De qualquer maneira, o discurso que Lula proferiu, assim que ganhou as eleições, indica as prioridades e os objetivos que serão perseguidos ao longo de sua terceira gestão. A começar pelo combate à pobreza e à desigualdade, o que implica o retorno do Programa Bolsa Família e a retomada do processo de valorização do salário mínimo (que afeta não só os trabalhadores que o recebem, mas também os segmentos superiores e próximos, além de todos aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) e benefícios previdenciários, cujo piso é de valor igual ao salário mínimo). Durante os governos do PT, foi a política de valorização do salário mínimo a que mais contribuiu para a diminuição da desigualdade de renda entre os ocupados. O Programa Bolsa Família, embora também tenha contribuído para reduzir a desigualdade de renda, teve seu maior impacto na diminuição da pobreza absoluta e relativa do país

(MARQUES, 2013). Ainda em termos de combate à desigualdade, o novo governo pretende isentar do imposto de renda os rendimentos de valor até R\$ 5.000,00, corrigindo a tabela que está congelada desde 2016. Mas a desigualdade não é somente medida pela renda, daí haver a preocupação em aprofundar a política de cotas e garantir que as mulheres recebam salários iguais aos dos homens para a mesma função.

A reindustrialização do país, incorporando o que há de mais moderno em termos de tecnologia e respeitando o meio ambiente, embora urgente, exigirá planejamento e esforço conjunto das três esferas de governo. De fato, para esse objetivo ser alcançado, será necessário que a sociedade brasileira considere essa uma tarefa de Estado e não de governo.

Em resumo, o novo governo Lula não será igual ao de 2003. De um lado, acumularam-se necessidades, fruto do empobrecimento da maioria da população, da redução de recursos para áreas-chave das políticas sociais e da construção do futuro (como educação e ciência e tecnologia). De outro, aprofundou-se a desindustrialização, a degradação do meio ambiente e destruição do Estado e sua retirada enquanto agente indutor do crescimento econômico e do desenvolvimento do país, para mencionar apenas alguns dos desafios no campo da economia. E isso, mesmo correndo o risco de ser repetitiva, tendo como parâmetro um regime fiscal que prioriza o pagamento dos juros da dívida pública. Daí a importância de alterar essa “regra” impositiva.

Apesar do tamanho dos desafios que o novo governo deverá enfrentar e das dificuldades que se apresentarão na esfera política, decorrente da nova composição da Câmara dos Deputados e Senado, e da oposição das forças bolsonaristas, como diz o subtítulo desta parte, a esperança deve prevalecer e ser a guia da superação desses constrangimentos.

É preciso, simultaneamente, reconstruir o passado no que ele tinha de fundamental e dar passos largos em direção ao futuro.

## Referências

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Síntese Especial – Subsídios para debate**. São Paulo, nº 10, 14/09/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso: 03/11/2022.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=6>. Acesso: 03/11/2022.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. São Paulo, **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 2 (131), páginas 298-314, abril-junho/2013

VARGAS, Neide César e MARQUES, Rosa Maria. Os *think tanks* liberais no Brasil e a educação. São Paulo, **Pesquisa e Debate**, nº 60, no prelo.

# 2. Política externa brasileira em 2023: desafios frente ao mundo em transformação

Por Tatiana Berringer<sup>4</sup>

## 2.1 Brasil e América Latina na cena política internacional

A política internacional contemporânea vive um momento de grande transformação e de fortes tensões entre os Estados. Do ponto de vista das relações de produção e do avanço da tecnologia, há uma forte aceleração do que se convencionou tratar por Revolução 4.0, que abarca o processo de robotização, o comércio eletrônico e as formas de contrato de trabalho via plataformas como a Uber. Esse processo traz mudanças na economia, na política e na ideologia e se entrelaça com o modelo neoliberal. A crise financeira de 2008 acelerou esse processo e a disputa política em torno da tecnologia e do controle de rotas de comércio, e os fluxos de investimentos e de capitais. Isto está ligado ao novo papel da China na economia política internacional. Os EUA e a China acirraram também os conflitos político-militares.

A financeirização, entendida aqui como a hegemonia do capital rentista (fundos de pensão, ações, títulos do tesouro e seguradoras), mais o avanço das privatizações dos serviços públicos, e o enfraquecimento do sindicalismo via ataque aos direitos trabalhistas, ao direito de greve e à uberização, acabaram por alterar a organização e a consciência política e ideológica dos trabalhadores. Intensificou-se com isso a lógica do individualismo, do empreendedorismo e da financeirização.

O casamento entre neoliberalismo, democracia e direitos humanos encontrou um ponto de inflexão a partir de 2008. Assistimos o fortalecimento de movimentos neofascistas e a eleição de governos de extrema direita em muitos países, em especial, na Hungria, Polônia, Ucrânia, Índia, EUA e Brasil. Esses movimentos têm como força social, no geral, a classe média conservadora e elitista, e uma parcela de trabalhadores desiludidos com a falta de emprego e com a piora das condições de vida.

O novo nacionalismo da extrema-direita e/ou neofascista contou com articulação transnacional e logrou-se espalhar pelo globo. Com isso, a disputa entre os Estados imperialistas atingiu outro patamar. Em primeiro plano, em função da crise e do conflito entre EUA e China. Depois, com a reação da Europa que levou o Reino Unido a pedir a saída da União Europeia. Isso colocou a Alemanha em um lugar ainda mais especial no seio do bloco e na região, buscando novos acordos econômicos birregionais, por exemplo. Fortaleceram-se os partidos de extrema direita na Itália, na França e na própria Alemanha com os Verdes.

---

<sup>4</sup> Professora de Relações Internacionais da UFABC (Brasil)

A política de alargamento da União Europeia e da OTAN e a Guerra na Síria levaram o Estado russo a adotar uma política externa mais agressiva, que culminou na guerra contra a Ucrânia no início de 2022. A guerra ameaça o abastecimento de alimentos e de gás na Europa e colocou a China em uma posição mais ativa na cena política internacional.

A América Latina, que havia apresentado uma via alternativa de enfrentamento e de reforma do neoliberalismo nos anos 2000, viveu um giro com golpes e eleições de governos neoliberais e de extrema direita ou neofascistas entre 2012 e 2020 no Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil, Equador, Chile e Bolívia. Cabe dizer que o ciclo da chamada Onda Rosa dos anos 2000 encontrou limites na superação do neoliberalismo e nas contradições entre políticas desenvolvimentistas e a sustentabilidade e/ou o respeito aos povos originários. Além de, sobretudo, ter sido alvo de uma ofensiva imperialista que articulou interesses e atores internos como a Operação Lava Jato no Brasil, que teve espraiamento para o Peru, por exemplo, e os golpes de Estado no Paraguai, na Bolívia, e a crise política e a ofensiva contra a Venezuela.

O Estado brasileiro, que havia tido um papel importante com o fortalecimento do Mercosul e a criação da Unasul e da CELAC, passou então a ser o epicentro da ofensiva imperialista. Regionalmente, o objetivo estratégico dos EUA era a luta contra o governo de Nicolás Maduro. Para isso, foram criados o Grupo de Lima e o Pro-Sul. O Mercosul, que havia criado mecanismo de compromissos políticos e sociais como o Parlamento, o Focem, a Unidade de Participação Social, retomou os contornos gerencialistas e o perfil estritamente econômico e aberturista. E a Unasul foi desmantelada.

A região retomou então a uma posição de subordinação passiva ao imperialismo. Implementando um neoliberalismo 2.0 que, além de avançar contra os sistemas previdenciários e os direitos trabalhistas, aprofundou o caráter extrativista das economias e a possibilidade de desnacionalização e perda de controle dos recursos estratégicos, em especial, o Petróleo no caso do Brasil e da água, minérios, etc em outros países.

## **2.2 A política externa do governo Bolsonaro**

No governo Bolsonaro, a posição do Estado brasileiro na região caminhou no sentido do enfraquecimento dos processos de integração regional de cunho mais autonomista como o Mercosul e a Unasul. E, através da aliança com o governo Trump, o Estado brasileiro adotou uma política externa neofascista e de subordinação passiva explícita ao imperialismo. A agenda anti-globalista de ataque ao multilateralismo, aos direitos humanos e ao meio ambiente configurou-se como uma inflexão na história da política externa brasileira.

Destacaram-se o reconhecimento do governo golpista na Bolívia em 2020, o não cumprimento ao presidente Alberto Fernández eleito em 2020 na Argentina e muitas outras ações que afastaram o Estado brasileiro dos vizinhos e de parceiros estratégicos. Optou-se pela aliança com governos de extrema direita e por pautas como a mudança da embaixada em Israel etc. Além de uma posição de distanciamento (relativo) do Estado chinês e uma política negacionista em relação à pandemia da covid-19.

A política externa pautou-se pela assinatura de acordos que ferem a soberania nacional e avançam com a consolidação do neoliberalismo no país. Em especial, o programa de desestatização, o acordo de Salvaguardas Tecnológicas para cessão da base de Alcântara do Maranhão, o pleito para ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), a aprovação

do Acordo Mercosul-União Europeia e a revisão da tarifa externa comum do Mercosul, entre outros.

A ratificação do acordo Mercosul-União Europeia tem sido alvo de resistências tanto de setores sociais como sindicalistas, ambientalistas e pequenos produtores europeus que se colocam contra o modelo do agronegócio brasileiro, baseado no uso de agrotóxicos e transgênicos e, especialmente, encontra objeções face à política ambiental e de direitos humanos do governo Bolsonaro. Além disso, em outubro de 2022, o Parlamento Europeu aprovou uma Lei Anti-desmatamento que regula a compra de produtos oriundos de regiões que não têm controle e compromisso ambiental, e avançou com o Pacto Verde Europeu que aprofunda essa orientação.

Com a eleição de Joe Biden nos EUA, em 2020, as relações bilaterais passaram também a encontrar conflitos, especialmente em relação à política ambiental. Biden e o partido democrata atuaram fortemente na condenação da política de desmatamento, propondo leis que restrinjam a compra de produtos brasileiros oriundos de regiões de queimadas e de desrespeito aos povos indígenas e quilombolas. De igual forma, através da articulação de um grupo de brasilianistas e brasileiros que residem nos EUA, o Washington Brazil Office logrou apresentar, pelo deputado Bernie Sanders, uma resolução para o imediato reconhecimento do resultado das eleições brasileiras, buscando coibir as ações golpistas de Bolsonaro inspiradas em Trump. O que foi feito ainda no dia 30 de outubro, quando o resultado do Tribunal Superior Eleitoral foi divulgado.

A candidatura à OCDE, o grupo que reúne os Estados imperialistas, também está pendente. Necessita de apoios externos e de avanços na aprovação das reformas administrativa e fiscal, além de também prever mais compromissos com o meio ambiente.

Chega-se então ao fim de um mandato com pouco apoio dos Estados imperialistas e baixos resultados no que tange à estratégia de garantir um ambiente que atraísse capital externo, exceto o capital financeirizado, voltado para investimentos em carteiras e portfólio que foi beneficiado pela política de aumento dos juros, especialmente em 2022.

A China foi a parceria que encontrou mais polêmicas e zigue-zagues ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro. Adotou-se uma política ofensiva, calcada na sinofobia do trumpismo, mas seguiu-se na busca por investimentos em energia e setores estratégicos, assim como a exportação de *commodities* foi mantida. A participação do Estado brasileiro nos BRICS tornou-se pragmática e o próprio papel do grupo alterou-se no atual contexto internacional.

As candidaturas de Lula e Bolsonaro apresentaram propostas de inserção econômica internacional e política externa muito distintas. E esse tema esteve bastante presente nos debates eleitorais e nas *fake news* utilizadas pelo então presidente. A base social do bolsonarismo, especialmente a alta classe média, desde o impeachment manifestou-se contra a política externa do PT, em especial, a relação com Venezuela e Cuba, o papel do BNDES etc. Por vezes, Lula foi perguntado sobre o governo da Nicarágua e outros Estados. Percebe-se que a ideologia meritocrática que norteia essa camada social encontra-se umbilicalmente com uma posição de idolatria aos EUA, tanto ao ideal pregado pelo modo de vida, o chamado *American Way of Life*, como a subordinação na política externa.

### **2.3 O programa do governo PT**

O programa de governo do candidato Lula pauta-se na compreensão de que a política externa brasileira deve priorizar o multilateralismo e as relações Sul-Sul, visando contribuir para a construção de uma nova ordem internacional pautada pela paz, justiça e igualdade entre as nações e sustentabilidade ambiental. A retomada da política externa ativa e assertiva, pressupõe protagonismo, respeito e reconhecimento internacional e defesa da soberania. Esta não está ligada apenas ao investimento nas forças armadas; leva em conta a ideia de cooperação. A política de defesa aponta, portanto, para uma estratégia dissuasória, e ao mesmo tempo afirma que as forças armadas devem garantir a soberania territorial, aérea e marítima.

A prioridade conferida às relações com a América Latina (pelo Mercosul, Unasul e Celac) visam a busca pelo desenvolvimento integrado e pela complementaridade produtiva entre os países da região. Defendem que as parcerias internacionais devem se pautar na busca de autonomia nacional e regional e não em posições de submissão ao imperialismo; nesse sentido inclui a relação com a África e com os BRICS. Além disso, o programa de desenvolvimento pressupõe investimento público em Ciência & Tecnologia, a busca pelo fortalecimento da indústria, um plano de estatização de setores estratégicos, uma política energética que gere fundos para o investimento em políticas públicas e a busca de soberania alimentar, garantindo com que não haja fome em um país como o Brasil.

### **2.4 As perspectivas para o futuro governo**

Nos últimos dois anos, surgiram processos de resistências de lutas na América Latina. México, Bolívia, Argentina, Chile e Colômbia elegeram presidentes que apresentaram programas que combinam a luta pelos direitos sociais e coletivos com a luta das mulheres pelo aborto, a luta da comunidade LGBTQI+, e buscam de maneira sutil não se subordinar aos EUA. Aguarda-se então o novo governo Lula no Brasil para reforçar esse novo ciclo político, que deve buscar repositonar a região na cena política internacional.

A tarefa mais imediata é reativar a Unasul, buscando avançar com os projetos de infraestrutura, cooperação em saúde e na busca por criar cadeias regionais de valor. Isto é: buscar uma integração produtiva na região. Além disso, urge a necessidade de dar um novo sentido ao Mercosul. Priorizar a construção de consensos internos e rever alguns dos acordos birregionais como o Mercosul-União Europeia.

Será fundamental também retomar a parceria com a África, reativando as iniciativas de cooperação sul-sul e de coalizões multilaterais.

Os pontos principais da inserção internacional do Brasil será a busca pelo desenvolvimento, a sustentabilidade e o equilíbrio na relação entre Estados Unidos e China. Tendo em vista o conflito entre os dois Estados, e os interesses deles sob a região, pode-se reativar a ideia de uma política de barganha ou equidistância pragmática. Partindo do projeto de desenvolvimento, buscando alcançar maior margem de manobra no cenário internacional e diminuir a dependência econômica e tecnológica, especialmente, passadas três décadas de neoliberalismo. É chegada a hora de ter um projeto estratégico e jogar no cenário internacional buscando alcançar objetivos claros.

Um grande desafio será a defesa do meio ambiente. Tanto no que tange aos projetos na América do Sul e o conflito com os povos originários, assim como a política de controle do desmatamento, a pressão externa e a resistência de bolsonaristas armados na Amazônia. Essa tríade (pressão externa, controle do desmatamento e bolsonarismo) esbarra na complexidade da defesa da soberania, no reconhecimento do desenvolvimento desigual e combinado no plano internacional e na necessidade de uma política de sustentabilidade. É preciso afastar-se das ingenuidades e das ingerências externas e buscar construir uma aliança nacional em torno de um projeto soberano, democrático e de desenvolvimento sustentável, centrado no combate às desigualdades de classe, raça e gênero.

# 3. Balanço, projeção e desafios da Reforma Agrária Popular no Brasil atual

*Por Ceres Hadich<sup>5</sup>*

## 3.1 Contexto histórico

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge no marco das lutas pela democracia no Brasil nos anos de 1980, após a ditadura militar. Orientado por três objetivos centrais: a luta pela terra, pela reforma agrária e a transformação da sociedade, sempre buscou, mais que fazer com que esses objetivos dialogassem entre si, permitir que se tornassem indissociáveis, na complexidade das lutas e na efetivação de sua existência, para ser e estar em movimento permanente, com força e sentido estratégico.

Ao longo dos anos de 1990, houve profundas mudanças na dinâmica da agricultura, impulsionadas pelo avanço do neoliberalismo no Brasil. O movimento do capital no campo e a consolidação do agronegócio como um modelo de desenvolvimento hegemônico para a agricultura fizeram com que a reforma agrária, em seu contexto e concepção clássica, se esgotassem, tanto do ponto de vista ideológico quanto da necessidade material ao desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, em um amplo e profundo processo coletivo de estudo e análise da realidade, o MST, a partir de 2007, no marco de seu 5º Congresso Nacional, passa a denominar a Reforma Agrária Popular como um instrumento para o acúmulo de forças na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária.

Está cada vez mais claro a necessidade da reforma agrária popular se consolidar como uma referência para a sociedade, como uma força organizativa que se propõe a produzir alimentos saudáveis e promover a justiça social (para dentro e para fora dos territórios reformados).

Por isso, ainda que os últimos anos tenham sido adversos aos interesses do povo brasileiro e aos nossos direitos, seja na cidade ou no campo, o que se tem observado é que a Reforma Agrária Popular segue se apresentando como uma saída para algumas contradições mais doloridas e incômodas da realidade brasileira: a fome e a injustiça social.

Assim, em quase quatro décadas de organização e expansão da ocupação e democratização do acesso à terra, e por meio dos avanços na produção, no desenvolvimento da agroecologia, da cooperação, na luta pela educação para todos e todas, na construção de relações sociais huma-

---

<sup>5</sup> Assentada da Reforma Agrária e membro da Direção Nacional do MST.

nizadoras, o MST tem feito um exercício permanente de empoderando à classe trabalhadora, como sujeitos de sua própria história.

### **3.2 Período pós golpe e governo Bolsonaro**

O golpe contra a democracia, que retirou Dilma Rousseff do poder em 2016, e os meses que se sucederam com o governo de Michel Temer, demarcaram passos importantes para o início do aprofundamento de uma grande crise agrária na qual estamos inseridos. Medidas imediatas, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o corte drástico dos orçamentos para políticas públicas de segurança alimentar e social, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a Medida Provisória 759/2016 (atual Lei 13.465/17), que reviu a política de regularização agrária e urbana, trouxeram profundas consequências não somente para o campo, mas para a sociedade brasileira como um todo.

Hoje, no Brasil, mais de 33 milhões de pessoas estão passando fome, e 125 milhões de brasileiros e brasileiras estão submetidos a algum risco de insegurança alimentar. Questão histórica e estrutural, que se agravou nos últimos anos com a alta no custo de vida, verificado no aumento do preço dos alimentos, dos combustíveis, do gás de cozinha, a diminuição dos empregos e da renda, a redução drástica do orçamento dos programas sociais e políticas públicas de seguridade social e de apoio à agricultura familiar.

Não obstante, vale destacar a gravidade da pandemia que se iniciou no Brasil em março de 2020, e que teve seu pior momento em 2021, aprofundando os problemas sociais no país e no mundo, resultado de um sistema conduzido pelos interesses do capital. A combinação entre a pandemia do vírus com a pandemia da fome, gerou muitas mortes e adoecimentos, provocadas pelo projeto de morte defendido e implementado pelo atual governo.

Diante de uma situação de calamidade sanitária, política e econômica, coube aos movimentos populares exercer papel fundamental na condução da luta para o enfrentamento das desigualdades, mobilizando ações e atividades para salvar vidas e fortalecendo relações orgânicas entre os povos do mundo.

O MST não esperou as condições ideais para fazer o enfrentamento à pandemia. Desde o início, adotou uma posição clara, colocando a defesa da vida em primeiro lugar, apoiando e realizando medidas de isolamento social, fundamentais para o controle da pandemia. Com isso, o movimento se somou às inúmeras articulações para contribuir com as medidas de prevenção ao vírus no conjunto da sociedade, bem como de sua base social. A consolidação do isolamento ativo e produtivo permitiu que, mesmo em condições adversas, fosse mantida uma atuação permanente junto da sociedade.

Assim, a reforma agrária se recolocou na pauta da sociedade brasileira, como uma realidade e como uma necessidade. Ao aprofundar o entendimento sobre a conjuntura em seus aspectos estruturais e emergenciais, foram construídas medidas imediatas para mitigar os impactos da crise sanitária, econômica e alimentar, apresentando em ações concretas, como o debate acerca da função social da terra, a produção de alimentos saudáveis, os cuidados com a vida e o meio ambiente e a busca por vida digna para todos e todas.

A solidariedade e a partilha dos frutos da reforma agrária brotaram dos pequenos municípios brasileiros, das articulações com a classe nos grandes centros urbanos e do papel fundamental que as cooperativas de reforma agrária e as inúmeras iniciativas de cooperação e comercialização e organização popular desempenharam.

Embasados por uma prática contundente de solidariedade e empatia, os assentamentos e acampamentos, territórios de produção de comida e relações sociais humanizadoras, produziram e distribuíram nos últimos dois anos mais de 5 milhões de quilos de alimentos, quase um milhão e meio de marmitas, e formou centenas de agentes populares de saúde e brigadas de trabalho voluntário para atuar nas mais diversas frentes, especialmente nos grandes centros urbanos, onde se concentra a maior parte da população e dos dilemas sociais. Isso permitiu enfrentar a fome e cumprir a missão histórica nesse período tão difícil para o Brasil e para o povo brasileiro.

Contudo, a conjuntura agrária segue sendo marcada pelo projeto de poder que aprofunda a dependência nacional, ataca a soberania popular, intensifica o saque sobre os bens naturais e incita a violência contra os povos tradicionais e seus territórios. Pautas importantes, como as questões agrária e ambiental, sofreram nos últimos anos inúmeras mudanças legislativas, normativas e burocráticas.

Aliado a isso, vivenciamos a escalada da violência, criminalização e tentativas de cooptação, incitadas e promovidas pelo próprio governo federal, e que encontra base fértil em muitos lugares com o aumento do acesso e uso de armas e munição. Indígenas e povos ribeirinhos em áreas de mineração, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e áreas de reforma agrária têm sofrido ofensivas constantes e permanentes. A aprovação do PL 490 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados (2021), inviabilizando as demarcações de terras e a liberação da mineração nos territórios indígenas, são sinais claros para o aumento dessa ofensiva antipopular.

Milhares de famílias seguem à espera da regularização de suas terras e casas e, assim, continuam marginalizadas das políticas públicas e sociais que garantiriam segurança, qualidade de vida e desenvolvimento, principalmente aos pequenos e médios municípios brasileiros, onde se encontram a maioria dessas comunidades rurais. Se de um lado não há sinalização de regularização, de outro há um tensionamento permanente pelo despejo e remoção dessas famílias, no campo e na cidade, com as constantes ofensivas sobre as instituições federais e estaduais, aliadas a práticas cada vez mais recorrentes de ações militarizadas, incentivadas pela política armamentista.

Depois da criação do Programa Titula Brasil<sup>6</sup> em dezembro de 2020, o governo federal passou a fazer muita propaganda de entrega de títulos a assentados. Claramente, o Titula Brasil é uma tentativa de ataque à concepção política da reforma agrária, uma ofensiva ideológica que busca incentivar a privatização dos assentamentos, liberando terras para o mercado e instigando a ideologia da propriedade privada entre os assentados, além de causar divisionismos internos, buscando e desmoralizando a organização das famílias assentadas. Além disso, é uma tentativa de se livrar dos assentados como sujeitos de direito, do ponto de vista do acesso à política pública e programas de desenvolvimento rural.

---

<sup>6</sup> Programa do governo federal para conceder o título de posse da terra para assentados da reforma agrária ou em terras sob domínio da União. Críticos do programa denunciam que ele foi desenhado especificamente com o propósito de agilizar o processo de regularização de imóveis na Amazônia Legal, foco principal da política fundiária expansiva defendida pelo governo Bolsonaro, além de deixar pequenos agricultores e assentados mais expostos a pressões e interesses locais por parte de grandes proprietários de terra.

Trata-se de uma estratégia de disseminação de mentiras, pois, em geral, o que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está emitindo é, na verdade, o Contrato de Concessão de Uso (CCU), uma obrigação administrativa do órgão. Os títulos definitivos, previstos pela Constituição Federal Brasileira no formato de Título de Domínio (TD), e o Contrato de Domínio Real de Uso (CDRU), tiveram pouquíssimas emissões e entregas nos últimos anos.

### **3.3 Desafios para seguir acumulando forças para o próximo período**

Recém saídos das urnas, na grande festa da democracia, mais uma vez reafirmou-se a vontade da maioria em seguir construindo um Brasil da esperança e para o povo brasileiro. Foi uma vitória histórica. Não só o governo de Jair Bolsonaro foi derrotado, mas também as ideias neofascistas de extrema direita que, nestes últimos anos, pregaram o ódio, a discriminação e todo tipo de mentiras. Ainda assim, é preciso ter claro que essas ideias e um comportamento antissistêmico e golpista seguem nas ruas, negando o resultado do pleito eleitoral, espalhando notícias falsas e questionando as instituições, em uma tentativa clara de desestabilizar e fragmentar ainda mais o tecido social brasileiro.

Para contrapor essa lógica, é urgente e necessário que as instituições brasileiras sejam fortalecidas e que haja um contraponto e reconhecimento nacional e internacional do resultado, assim como a defesa contundente do Estado Democrático de Direito. Para isso, também é preciso seguir organizando os comitês populares, a luta e as mobilizações de massa, como forma do povo exercer sua força democraticamente e sustentar a vontade da maioria demonstrada nas urnas.

Priorizar a campanha política e a produção de alimentos foram duas tarefas heróicas e urgentes para o MST nesses últimos 4 meses. Estamos diante do início de uma nova etapa, também muito difícil. O novo governo precisa organizar um Plano que ajude a combater a pobreza, enfrente a fome, o desemprego, a falta de escolas e de moradia. E que também abra portas para debatermos um novo projeto de país, com autonomia e soberania popular.

Para tanto, a tarefa das famílias organizadas nos territórios da Reforma Agrária Popular é, prioritariamente, seguir produzindo alimentos e promover ações de solidariedade, politizar e envolver nossa base social, motivar ações de trabalho voluntário e solidariedade e transformá-las em cultura política permanente. Segundo, é preciso vincular a luta por comida, reforma agrária, casa, trabalho e renda à uma perspectiva de classe.

Não obstante, também é fundamental construir consensos junto à sociedade, para que o povo brasileiro possa compreender e defender seus direitos. A luta do MST é justa, constitucional e cumpre com uma função social essencial, que é o enfrentamento às desigualdades sociais e à fome, além das ações de solidariedade.

Nossa luta só faz sentido se tivermos a compreensão e o apoio da sociedade para nos defender, massificar e transformar todas nossas ações em cultura política. Esse é o acúmulo de quase 40 anos de conquistas que estamos retribuindo e partilhando com o povo brasileiro. O MST deu certo em sua totalidade, e a Reforma Agrária Popular que anunciamos e construímos é a prova disso. Assim, é preciso que a gente continue sendo conhecido e reconhecido pela nossa capacidade de:

- ORGANIZAR e FORMAR CONSCIÊNCIA: avançar nos processos organizativos e na formação política da classe trabalhadora é o que nos permite caminhar e nos forjar enquanto sujeitos coletivos. Por isso, a realidade e as condições de cada local está em constante construção e aperfeiçoamento;
- ACUMULAR FORÇAS e FAZER LUTAS nacionais e internacionais, retomar bandeiras conjuntas com organizações e movimentos populares no Brasil, na América Latina e no mundo, internacionalizar as lutas e a esperança;
- PRODUZIR COMIDA DE VERDADE, com fartura e matar a fome do povo brasileiro e em harmonia com a natureza, respeitando e respondendo às necessidades da sociedade brasileira. Praticar a solidariedade, fortalecer políticas públicas que incentivem a agricultura familiar, a agroecologia e a cooperação, mecanismos fundamentais para a construção da nossa segurança e soberania alimentar;
- MUDAR A VIDA DAS PESSOAS E A REALIDADE DOS LOCAIS. A reforma agrária precisa trazer dignidade e qualidade de vida às famílias assentadas e desenvolver os territórios onde estão inseridas. Comunidades estruturadas, com escolas, centros de convivência, cooperativas, agroindústrias, serviços, comércio;
- ESPERANÇAR a mística de que as coisas podem ser melhores, sempre. Temos um Brasil para reconstruir, um povo para reerguer a cabeça e uma nação ainda muito jovem para ser fortalecida em sua democracia e autodeterminação;

Portanto, temos muito por fazer e, como nos diz a canção, *“Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”* Avante!

Lutar: Construir Reforma Agrária Popular!

# 4. O futuro do bolsonarismo diante da derrota de Bolsonaro

## Entrevista com Camila Rocha

*Por Marcelo Álvares de Lima Depieri*

Para esta parte do Caderno, convidamos Camila Rocha para uma entrevista. Nela foram abordados temas como o fenômeno da extrema direita em âmbito global, as características e particularidades desse fenômeno (bolsonarismo) no Brasil, o papel das redes sociais para o crescimento do bolsonarismo e os efeitos para a extrema direita, tanto nacionalmente quanto para a região da América Latina e do Caribe, diante da vitória de Lula. Camila Rocha é doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Autora de *Menos Marx Mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*.

### **Quais são as raízes, em âmbito global, da ascensão da extrema direita e das tendências neofascistas na contemporaneidade?**

Bom, eu acho que a primeira coisa que a gente pode dizer desse fenômeno da ascensão da extrema direita, em âmbito global, é a questão da reação. Nos últimos anos, houve um avanço de políticas relacionadas a gênero e também o maior debate relacionado ao gênero. Quando eu falo de gênero falo também de sexualidade, na verdade. A reação é em relação ao avanço de políticas públicas e debate público sobre o feminismo, a pauta LGBT, a visibilidade da pauta trans etc. Todas essas lutas contra opressão foram alvo dessa reação dos movimentos extremistas localizados à direita dentro do espectro político.

O segundo elemento é a perda de legitimidade de partidos de centro-esquerda, ou sociais democratas, que nas últimas décadas visavam representar os trabalhadores e as classes populares. Uma parte significativa das classes populares passou a não se sentir mais representada por esses partidos e por suas lideranças. Essa desconfiança é explicada por diferentes motivos. Primeiramente, a reestruturação do mercado de trabalho e o avanço do neoliberalismo foram questões muito difíceis de serem lidadas pelas lideranças desses partidos. Podemos mencionar também a divulgação em massa de notícias de que os partidos de esquerda estavam envolvidos em casos de corrupção. Isso ajudou para o abalo da confiança nesses partidos. Falando do Brasil, a sensação de muitas pessoas era a de que o PT havia traído a confiança dos trabalhadores e muitos optaram por uma alternativa radicalizada na extrema direita.

O terceiro ponto está relacionado a uma questão identitária, manifestada na forma de rejeição de alguns grupos. Por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa a questão da imigração é muito central. E essa rejeição aparece tanto ligada a uma questão econômica do tipo “essas pessoas vão

vir roubar os trabalhos daqui”, quanto à questão de valores, pelo fato daqueles que vêm de fora não compartilharem dos mesmos valores de sociedade que os nascidos no país receptor. Isso causa uma série de choques culturais, desconfiças, pânico e medos. No caso da imigração de população de origem árabe, o choque cultural é muito visível na questão religiosa. As perspectivas distintas do lugar da mulher entram em choque. Antes, eu comentei sobre a reação ao feminismo, mas o extremismo de direita é munido também por um preconceito à religião islâmica, formando no imaginário a ideia de que os árabes imigrantes são assediadores e desrespeitosos com as mulheres.

Por fim, a última característica a se destacar é a valorização de elementos patrióticos. A tríade valorizada pela extrema direita, “Deus, pátria e família”, não é só no Brasil. É pelo patriotismo, por exemplo, que o anti-globalismo se insere como elemento desse pensamento de extrema direita. O anti-globalismo luta contra o multiculturalismo, contra os direitos humanos. O globalismo seria justamente responsável por destruir a estrutura social e cultural “original”. Por isso, a necessidade contra os globalistas que estariam tentando impor novos valores e novos costumes.

### **Podemos dizer que o bolsonarismo é a expressão desse fenômeno global no Brasil? Quais são suas principais características e particularidades?**

Sim. Acho que a gente pode entender o bolsonarismo do ponto de vista ideológico, como um libertarismo reacionário. Essa ideia de liberdade sem uma liberdade ou uma liberdade sem limites, do poder fazer tudo, dizer tudo, é aí que se combina com o ideário reacionário. Um exemplo claro é aquele libertarismo que se manifestou durante a pandemia, de que, segundo esse ideário, as pessoas tinham que ser livres, não poderiam ser obrigadas a ficar em casa ou usar máscara. Eram contra o passaporte vacinal para entrar em lugares, entre outras coisas.

O libertarismo reacionário visto no Brasil se manifesta na defesa de que os indivíduos possam ter posse e porte de armas. É uma liberdade sem limite, até de fazer mal ao outro sem ser punido, e de que você pode ter a liberdade de ensinar seus filhos dentro de casa, com uma educação mais pautada para religiosidade, por exemplo.

A defesa da escola dentro de casa está ligada ao enaltecimento da Família. É a defesa da Família e a desvalorização da sociedade. Porque na sociedade tem pessoas que são diferentes, na família são iguais. No limite, acho que é uma radicalização daquela frase da Margaret Thatcher: “não existe sociedade, só existem os indivíduos e suas famílias”.

Uma outra particularidade do fenômeno brasileiro, que não é a xenofobia ligada à imigração como nos EUA e na Europa, mas é um preconceito regional interno de pessoas que vivem no Sul e no Sudeste em relação a pessoas que moram no Nordeste, que ganhou uma proporção maior durante os governos petistas pelo fato do partido ter vencido em todas as eleições nesta região a partir de 2006.

### **Neste caso é uma reação específica nacionalmente. Em que medida essa reação está relacionada aos 13 anos de governos do PT e as medidas que foram colocadas em prática ao longo deste período?**

Durante os governos petistas vimos avanços nas pautas dos costumes e da inclusão. O STF se demonstrou favorável a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a possibilidade de interrupção da gravidez em caso de acefalia, cotas de universidades públicas. Em 2011, foi criada a comissão

nacional da verdade para investigar crimes da ditadura. Em 2014, foi promulgada a lei da palmeira, que proíbe castigos cruéis, o que mexeu nessa questão da autoridade da família.

Vale destacar que entre 2011 e 2012 ocorreu, no Brasil, o que ficou conhecido como marcha das vadias, que passaram a se manifestar nas ruas com seios desnudos, com uma série de performances radicais realizadas em espaços públicos. Muitas fotos foram viralizadas naquele período e depois estas mesmas fotografias foram utilizadas para outros fins políticos. E essas imagens marcaram muito o eleitorado mais conservador. Eu observo isso até hoje na minha pesquisa. As pessoas ainda falam dessas imagens.

Foi ao longo dos anos em que o PT esteve no governo que a internet se popularizou no Brasil. Então, várias discussões sobre feminismo, transfobia e lgbtfobia começaram a se popularizar, foram tematizadas na mídia tradicional como, por exemplo, o programa Amor & Sexo<sup>7</sup>. E foi justamente nesse período que Jair Bolsonaro começou a falar cada vez mais. Isso foi em 2011, quando ele começou a falar contra o kit anti-homofobia, que tinha sido lançado pelo governo federal, que foi chamado de kit gay. Nesse período, ele tinha entre 80 e 100 mil votos para deputado federal. Em 2014, ele mais do que quadruplicou seus votos. Ele faz meio milhão de votos e é eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, além de conseguir eleger Eduardo Bolsonaro em São Paulo.

É entre 2011 e 2014 que Bolsonaro começa a investir muito mais nesse tipo de discurso. Antes, ele até falava com o PT, passou por partidos que estavam na coalizão do governo federal. Falou que votou no Lula, apoiou a indicação do Aldo Rebelo para o ministério da Defesa. Agora, entre 2011 e 2014, aí sim ele começou a falar muito mais sobre esses temas morais e se tornar na tribuna muito mais antipetista em comparação com sua atuação anterior. A figura de Bolsonaro canalizou esse período de reação.

### **Qual é o papel das novas tecnologias para o crescimento da extrema direita no Brasil?**

O uso de novas tecnologias e a disseminação de desinformação é uma característica que está presente em todos os movimentos extremistas. Resumindo, eu não culpo a tecnologia, a internet, as redes sociais pela ascensão da extrema direita e de fenômenos indesejados. A forma de a gente se comunicar teve uma mudança muito grande, ampliando muito as possibilidades de comunicação, pois com poucos recursos é possível atingir milhares, às vezes milhões de pessoas pela internet. A questão da disseminação de desinformação, de espalhar boatos, sempre existiu. Só que agora isso ganhou outros patamares. Qualquer pessoa que esteja fora de circuitos da mídia tradicional consegue se comunicar muito facilmente, disseminar mensagens muito facilmente para um número muito grande de pessoas.

Muitas plataformas oferecem a possibilidade de você fazer isso de forma sigilosa e anônima. É um debate muito delicado. Às vezes as pessoas também tem uma pressa e defendem: “vamos acabar com o sigilo”. Mas não acho que deva ser dessa forma. Até pensando na atuação de movimentos sociais, por exemplo. É muito importante o sigilo para atuação de várias pessoas que estão, inclusive, atuando em zona de conflito, que tem violência.

---

<sup>7</sup> Programa de televisão da Rede Globo apresentado por Fernanda Lima, que foi ao ar entre 2009 e 2018. O programa tinha como temas principais o sexo, a sexualidade e relacionamentos.

Resumindo, a comunicação está muito mais rápida, muito mais ampla e ao mesmo tempo também houve uma democratização muito radical da comunicação. E isso obviamente favorece também os grupos extremistas.

### **O que significa para o bolsonarismo a vitória de Lula e a derrota de Bolsonaro nas urnas? O que está ao alcance do governo Lula para o enfraquecimento do bolsonarismo?**

O bolsonarismo tem dois lados. Um lado que a gente pode chamar de natureza social cultural, que são pessoas que já existiam, já pensavam desse jeito e a única diferença é que agora a gente começou a chamar elas de bolsonaristas. Então, nesse sentido esse fenômeno vai continuar existindo de alguma forma. A gente não sabe se vai continuar com a mesma força, mas dá para dizer que o fenômeno vai seguir, porque muita gente vai continuar ainda defendendo essas pautas e essas ideias.

Agora, pensando o bolsonarismo em termos políticos eleitorais, é onde pode ser feito mais coisas por parte das lideranças que vão assumir o governo. Espera-se que Bolsonaro e várias lideranças bolsonaristas sejam punidos. O futuro do bolsonarismo, nesse campo, vai depender muito disso, de como essa punição será realizada. Se ela será realizada ou não. Tem a questão de como ficará o próprio partido que Bolsonaro está atualmente, o Partido Liberal (PL). Como eles vão se posicionar nos próximos anos? Aceitarão cargos do governo, o partido ficará rachado? De um lado bolsonaristas radicais e de outro o centrão?

Mesmo os governadores que apoiaram Bolsonaro nessas eleições, a forma como eles vão se posicionar vai ser bastante relevante para entender o futuro do bolsonarismo em termos políticos eleitorais. Por exemplo, o Tarcísio [de Freitas], que assumiu o governo de São Paulo, ele vai oferecer cargos para bolsonaristas, sobretudo, bolsonaristas radicalizados? Porque apoiar tendo cargos é muito mais fácil do que apoiar sem cargos.

Um ponto que acho que está ao alcance do governo, falando de eleitorado, é a realização de políticas públicas voltadas para trabalhadores informais, que são os trabalhadores por conta própria ou empreendedores populares. Um setor que historicamente foi sistematicamente ignorado pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, porque o foco sempre foi nas pessoas com carteira assinada, e aumentar sempre o número de trabalhadores com carteira assinada. O trabalho informal era sempre visto como um mal a ser combatido. Ainda que a gente saiba que tem uma série de problemas relacionados ao trabalho informal, é importante reconhecer o lado positivo do trabalho informal, principalmente aquele que tem ligações com tradições culturais e populares. Essas pessoas trabalham por conta própria e tem muito o fato delas quererem ter o domínio do próprio tempo, mas ao mesmo tempo as pessoas querem ter proteção social, garantias. As políticas públicas voltadas para a uberização do trabalho, por meio da regulamentação da relação que essas empresas têm com os funcionários é um caminho importante a se seguir.

A outra coisa é investimento em cultura, lazer e esporte, sobretudo nas periferias de grandes centros urbanos. E aí não só para pessoas jovens, mas para todo mundo. Hoje, no Brasil, quando a gente vai pensar em associativismo, a única forma de associação é ir para a igreja. Porque é na igreja que as pessoas encontram cultura, lazer, às vezes esporte. É lá que eles encontram uma rede social de proteção. Então, tanto na oferta de equipamentos, como os pontos de cultura, por exemplo, uma política muito bem sucedida pelos governos do PT, que se repetida terá impacto positivo no cotidiano das pessoas.

**Você acha que a vitória de Lula pode trazer algum tipo de efeito para o fenômeno da extrema direita da América Latina e do Caribe?**

Certamente. O Brasil, com essa vitória, pode ser um exemplo de combate ao extremismo, radicalismo de direita para o cenário regional da América Latina. Uma particularidade muito positiva é que a gente tem a figura do Lula, uma liderança popular de massas com poucos paralelos no mundo, que representa, agora, mais do que nunca, uma contraposição ao extremismo de direita na região.

Uma característica dos fenômenos de direita é justamente uma desconfiança em relação a uma tecnocracia, a especialistas em oposição à confiança na experiência cotidiana, no saber fazer. E a imagem do Lula quebra um pouco isso. O Lula não é uma figura tecnocrática, é uma figura que consegue se conectar com a realidade, com as lutas do povo e com o sofrimento do povo. E juntando com o significado do Brasil para a região, que cumpre um papel de liderança, de ter força para avançar em políticas de integração, pode auxiliar no enfraquecimento das manifestações de extrema direita na América Latina e no Caribe. A derrota de Bolsonaro no Brasil é expressiva enquanto uma derrota da extrema direita não só para a região da América Latina e o Caribe, mas para o mundo.

# 5. O Poder Popular necessário - desafios e potencialidades

*Por Kelli Mafort<sup>8</sup>*

Desde os anos 1970, estamos vivenciando uma crise profunda no sistema capitalista, decorrente de uma combinação de fatores que tem na predominância a financeirização para a acumulação capitalista, em detrimento de formas anteriores mais adequadas ao capital (Mészáros, 2010). A mudança na forma de acumulação capitalista desde então tem acelerado as contradições antagônicas entre capital e trabalho, agregando-se a isso o elemento fundamental da crise ambiental, que aponta para riscos severos da vida humana na Terra, atingindo principalmente os mais empobrecidos.

As mudanças climáticas com o aumento da temperatura global e as poucas chances reais de diminuição dos riscos previstos para o fim do século, indicam fatores de riscos. No Brasil, a região Nordeste deve enfrentar seca ecológica, e várias regiões do semiárido vão sofrer com a desertificação, causando muitas migrações climáticas. Somado a isso, temos outros fatores, como perda da biodiversidade, extinção de espécies, degradação dos solos, queimadas e desmatamento para avanço da expansão agrícola e da mineração, interferência nos fluxos bioquímicos dos solos, águas superficiais, profundas e em oceanos, escasseamento de água doce utilizada em sua maioria da agricultura convencional, acidificação dos oceanos, poluição atmosférica e incorporação de organismos estranhos na natureza, como materiais radioativos, microplásticos etc.

A combinação entre todos esses problemas tem causado migrações de refugiados climáticos, aumento da pobreza, de doenças e fome, especialmente no Sul Global. Essa nova rodada de espoliação sobre os países periféricos ocorre sob forte violência e tentativa de cooptação sobre os povos indígenas, camponeses, quilombolas e comunidades tradicionais, envolvendo cercamento militar de florestas, destruição de modos de vida, envenenamentos químicos e perseguições, chegando a assassinatos e massacres.

Do ponto de vista histórico, o neoliberalismo surgido há mais de 50 anos é a expressão dessa crise profunda no sistema do capital, e seu modelo privatizante, entreguista e devastador de direitos foi se generalizando no mundo e impondo novos desafios para as classes trabalhadoras.

As mudanças ocorridas nestes mais de 50 anos têm o Estado enquanto o principal garantidor de que as riquezas produzidas pelos trabalhadores e trabalhadoras sejam transferidas aos que

---

<sup>8</sup> Kelli Mafort integra a Coordenação Nacional do MST. É pedagoga, mestre e doutora em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

menos precisam delas: os mais ricos. Cada vez mais, vemos o Estado ampliar seu caráter empresarial e repressivo, mobilizando suas forças armadas e militarizadas contra seu próprio povo, violentando e autorizando a violência que atinge principalmente o povo negro, a juventude, as mulheres e os sujeitos de diversidade sexual.

Mas uma crise estrutural no sistema do capital jamais será uma crise terminal por si. Se as forças vivas da sociedade que sofrem os impactos deste nefasto modelo não se moverem, a transformação não ocorre. Precisamos ter a coragem e a ousadia de nos organizar e nos colocar no movimento real da história. Precisamos nos reinventar para organizar a massa sobrando gerada por um sistema em crise, que precariza o trabalho em todas as esferas e faz com que uma parte de nós deixe de existir.

Assim, a construção do poder popular se faz urgente e necessária, como condição de sobrevivência humana diante do impulso destrutivo do capital que, em crise, tende a liberar forças destrutivas. Os desafios são muitos, é verdade, e passam tanto por questões de estratégia, mas também pela materialidade da classe trabalhadora na atualidade.

No entanto, não podemos ter nenhuma dúvida de que a única força capaz de enfrentar e derrotar esse modelo do capital é a força do trabalho que, por si, tende a ser força dispersa, e somente será força antagonista que se apresente como classe se tiver poder desde as massas, ou seja, poder popular.

Passaremos, a seguir, a pontuar alguns desafios e potencialidades para avançarmos nessa construção a partir dos movimentos populares e organizações com força política.

### **5.1 Sentido de classe às forças do trabalho**

As formas organizativas clássicas, incluindo os principais movimentos populares, não dão conta de atuar sobre as necessidades da atual classe trabalhadora, construindo uma identidade distinta do que foi preponderante em outro tempo histórico. Carecemos de uma nova estratégia política que atue na contradição atual da relação capital e trabalho, organizando múltiplas frentes de atuação para além do clássico “chão da fábrica”.

A nova forma de ser do trabalho, marcada pela generalização da precarização, não ocorre da mesma forma em todos os países (Druck, 2013). No caso do Brasil, temos nos inserido de forma subordinada na era da indústria 4.0, cumprindo a tarefa funcional no consumo de equipamentos obsoletos dos países desenvolvidos, e isso se dá no contexto de desindustrialização, baixo investimento em tecnologia e prioridade máxima à produção primária, com baixo valor agregado e com ênfase na exportação de *commodities* agrícolas e minerais.

Para organizar as forças da classe trabalhadora, do jeito que ela é hoje, renova-se a importância do trabalho de base como ferramenta organizativa, somado aos elementos de lutas territoriais por local de moradia, e não somente por local de trabalho. A cooperação e formas cooperativas entre quem produz comida e quem precisa comprar, quem tem habilidades diversas e quem precisa de serviços, pode gerar acúmulo organizativo para o fortalecimento de uma economia popular.

Nesse sentido, as políticas públicas do novo governo Lula, que acaba de se eleger, devem ter a participação popular como elemento fundamental, como condição da sustentação do governo e como elemento formador de consciência de classe.

## **5.2 Lutar pela vida e criar consciência entre a massa sobrando**

A confrontação que se estabelece na atualidade se dá entre as necessidades humanas, por um lado, e os interesses privados do capital, por outro. Essa é uma atualização da histórica luta de classes entre as forças antagônicas do capital e trabalho, convertidas na confrontação entre vida e morte. Por isso, organizar e colocar em movimento os que querem viver é tarefa prioritária dos movimentos populares e organizações de esquerda.

A classe trabalhadora na atualidade tende a ter maiores reduções no proletariado industrial e nos empregos formais, consequência direta da gestão flexível do trabalho, e ao mesmo tempo, aumento da precarização entre o proletariado industrial existente, principalmente por meio das terceirizações disseminadas em escala, mas também por subcontratação ou contratos precários.

O uso tecnológico, digital e informacional, especialmente das plataformas, tem atuado como mecanismo para o aumento das horas trabalhadas e da intensidade do processo de trabalho.

Para o capital, os seres humanos são igualmente necessários e supérfluos – necessários para extração de mais valor e como consumidores, mas supérfluos como desempregados, exercendo pressão sobre os trabalhadores empregados, resultando em maior subordinação aos ditames do capital, no rebaixamento dos salários e, portanto, das condições de subsistência.

Os desafios que se colocam hoje estão para além do exército industrial de reserva do século XIX, pois a porta de saída de tal condição está cada vez mais fechada. Ali era desenvolvimento do capital; aqui é crise e decadência do capital. E a não possibilidade de realização da venda da força de trabalho gera, na subjetividade do trabalhador, uma enorme frustração. Com isso, a narrativa da meritocracia é facilmente assimilada.

Na tradição de organização da classe trabalhadora, o que predominou foi a organização em categorias corporativas de empregados, esvaziando o sentido de classe trabalhadora dos desempregados. Para a construção do poder popular é urgente incorporar a massa sobrando da crise do capital como parte integrante da classe trabalhadora.

As mazelas que envolvem a falta de terra, teto e trabalho, nos colocam numa realidade desesperadora. Está muito difícil viver, e além da carestia, temos que enfrentar um adoecimento em massa, com explosão de casos de depressão, ansiedade e a dor profunda do suicídio, que atinge principalmente a juventude.

A pandemia nos trouxe a tristeza pela perda de milhares de pessoas, sendo que a maior parte delas poderia estar entre nós. Não tiveram vacina, oxigênio, leito ou sucumbiram diante das nefastas promessas falaciosas e negacionistas de tratamento precoce. Mas a pandemia também forçou os movimentos populares a se reinventarem no trabalho popular, e muitos se lançaram às ações de solidariedade como elemento do trabalho organizativo. Dessa forma, puderam se

confrontar com uma aflição coletiva da subjetividade que, em geral, acaba sendo suprida pelo acolhimento dado pelas religiões nas periferias mais empobrecidas.

Para a construção do poder popular, é fundamental levar em consideração aspectos objetivos, mas também essa subjetividade da classe trabalhadora que está em constante disputa. Isso passa pela cultura e pelo afeto. Portanto, criar redes de proteção e cuidado com as pessoas, valorizando a dimensão humanizadora do fazer político, parece algo fundamental.

### **5.3 Enfrentar o fundamentalismo**

Na crise ressurgem formas políticas mais recrudescedoras, de direita, de extrema direita ou de populismo de direita, mobilizando uma agenda que é igualmente ultraliberal e fundamentalista. Alguns negligenciam o fundamentalismo como força real do projeto que ameaça nossas frágeis democracias no Sul Global. Ao fazê-lo, nos deixam sem instrumental para compreender o caráter da disputa que estamos expostos.

No Brasil, enfrentamos por quatro anos o governo ultraliberal e fundamentalista de Jair Bolsonaro, que felizmente, está chegando ao fim, após a vitória de Lula que toma posse e assume a presidência a partir de 01 de janeiro de 2023. Essa vitória não é somente do campo de esquerda, mas de uma frente ampla progressista e democrática que se mobilizou diante dos eminentes riscos de um segundo mandato de um governo de extrema direita.

Podemos afirmar que o fundamentalismo, enquanto base filosófica não é novo, mas sua retomada no mundo se encontra com uma direita emergente extremista, que mobiliza valores morais para justificar a desigualdade e a hierarquização das pessoas quanto à percepção de gênero, orientação sexual, raça, etnia, espiritualidade e classe social. Isso produz racismo, misoginia, lgbtfobia, xenofobia e intolerância.

A crise do capital cria muitas contradições, e por isso, ter um tecido moral conservador na sociedade que justifique tais contradições é extremamente necessário. É nessa perspectiva que o fundamentalismo vai ganhando espaço e passa a atuar como contenção à luta política e social.

Porém, ao vermos o avanço do fundamentalismo no Sul Global, é preciso ligar um sinal de alerta estratégico, já que o fundamentalismo, ao modo da classe dominante, é uma resposta à crise do capital, propondo algo no lugar. Nesse caso, fortalecem uma perspectiva conservadora e excludente, mas se apresentam como força anti-sistêmica. O alerta estratégico para nós deve orientar nossa capacidade de construir outra perspectiva de mundo frente a crise do capital, com potencial emancipador e também anti-sistêmica.

Sempre é possível mudar. Mais do que isso, as crises são portadoras de janelas históricas que precisam ser abertas pelos povos, para que possamos construir desde já a sociedade que queremos. A organização e a luta popular são condições para um reposicionamento estratégico, que deve ter nas disputas eleitorais um campo de batalha, uma tática fundamental, mas sem perder de vista que transformações profundas demandam envolvimento consciente de multidões.

## 5.4 A centralidade da luta pela alimentação saudável

Em busca de repor as perdas impostas pela queda tendencial da taxa de lucro, decorrente da crise do capital, os capitalistas seguem um impulso de valorização e mercantilização, movidos por uma incontornabilidade apropriadora e destrutiva. Com isso, vão destruindo as condições metabólicas da vida humana na Terra.

Por mais que nos esforcemos, não seremos capazes de destruir o planeta, mas certamente estamos dando largos e acelerados passos na destruição das condições que permitem a existência da vida humana na Terra, principalmente dos mais pobres.

O colapso ambiental não é algo distante para “as futuras gerações”, ao contrário, ele já está presente nos extremos de temperaturas, nas enchentes constantes, na aridez que avança, nas nuvens tóxicas de poeiras e no surgimento de muitas doenças infecciosas de efeito pandêmico de contaminação.

A crise é global, mas certamente não estamos todos no mesmo barco. As consequências dessa crise afetam em cheio a vida dos povos no Sul Global, valendo-se de economias dependentes e subservientes aos interesses imperialistas, como o Brasil.

Apesar destes dados alarmantes, temos muitas dificuldades de nos mobilizar como trabalhadores e trabalhadoras diante da crise ambiental. Mas diante da necessidade de enfrentar esse grande desafio, precisamos priorizar uma estratégia que seja mobilizadora e profundamente vinculada às necessidades imediatas, e essa estratégia passa pelo direito à comer e ter saúde.

A luta pela comida de verdade e saudável tem enorme potencial de mudanças estruturais, pois questiona as estruturas que produzem a desigualdade, a fome, o envenenamento das pessoas e do planeta, o monopólio das sementes, a padronização alimentar via imposição de ultraprocessados, a concentração e a centralização da indústria de alimentos e insumos e a especulação, que gera alta inflação sobre a comida etc.

## 5.5 Poder popular como estratégia

Nas duas últimas décadas na América Latina, tivemos triunfos importantes que acumularam força para a construção do poder popular como estratégia. Isso foi possível pela combinação entre luta popular e vitórias institucionais de governos de esquerda e progressistas. Somado a isso, conta muito a resistência histórica de Cuba frente ao bloqueio imperialista e também da Revolução Bolivariana na Venezuela.

No caso do Brasil, esse processo possibilitou a vitória de governos de esquerda, de caráter desenvolvimentista, e com ampla aliança com setores de centro e acenos ao capital, permitindo avanços na pauta social e econômica, mas com inúmeras contradições do ponto de vista estrutural. Diante destes avanços, ainda que limitados, e somado a um contexto de crise do capital, o imperialismo se rearticulou e impôs uma nova fase de subordinação, a partir do *lawfare* produzido via Operação Lava Jato, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, a imposição de um governo de transição, a prisão de Lula e o completo desastre do governo Bolsonaro.

Mas tudo nessa vida é permeado por contradições e, no Brasil, a contradição central produzida pelo golpe foi o agravamento das condições de vida do povo, com um brutal empobrecimento e aumento da violência. Nesse sentido, a retomada dos direitos políticos de Lula abriu uma possi-

bilidade de retomada de um novo momento de resistência e luta popular e com isso, as jornadas por “Fora Bolsonaro” cresceram, e apesar de não terem resultado para o impeachment do então presidente, foram fundamentais para que a esquerda se recolocasse em definitivo no cenário político.

Vivemos um período de transição estratégica, não só no Brasil ou na América Latina, mas enquanto classe trabalhadora mundial. Os instrumentos organizativos que a classe construiu são em sua grande maioria de caráter (e natureza) defensivos e agem de forma reativa às contradições do capital, o que faz com que tenhamos inúmeros limites para uma necessária retomada da ofensiva socialista diante da crise estrutural.

Além disso, a formulação de uma teoria de ruptura está em grande medida apartada da luta política e social, e mesmo o pensamento crítico, de onde poderiam surgir formulações pertinentes, está inebriado pela penetração impressionante das teorias pós-modernas ou ecletismo teórico.

Num processo de transição estratégica, a fragmentação da esquerda e a disputa por hegemonia são ampliadas principalmente pelas disputas táticas distantes de um debate de Projeto Popular que acumule para a Revolução Brasileira. Mas, em períodos de transição estratégica, ganha força os posicionamentos políticos daquelas organizações que têm alguma referência junto à classe, mesmo que não sejam partidos ou instrumentos políticos propriamente ditos (também tem importância o posicionamento político de personalidades, intelectuais etc).

A formulação de uma nova estratégia, por mais que necessária, não depende da vontade dos indivíduos ou das organizações. Ela depende dialeticamente da combinação de alguns elementos: lutas massivas que articulem necessidades imediatas com lutas de caráter político; resignificação das organizações existentes e construção de novos instrumentos políticos, com comando compartilhado; formação política de massas combinada à política permanente de formação de quadros e de uma teoria social revolucionária; e projeto popular para o Brasil, que enfrente os antagonismos de classe entre capital e trabalho.

Para nós, do Brasil, desejo que tenhamos a ousadia necessária para avançar na construção do Poder Popular no nosso país, mas contribuindo de forma internacionalista com outros povos do mundo. Que tenhamos a sabedoria necessária para aproveitar o período do governo Lula para garantir conquistas, acumular forças e crescer em formação política, consciência de classe e organização para criar poder popular.

## **Referências Bibliográficas**

DRUCK, Graça. *A precarização social do trabalho no Brasil*. In.: ANTUNES, Ricardo. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

# Considerações Finais

*Por OBSAL*

Hoje ainda é ele quem manda, mas nos últimos quatro anos nunca tivemos tanta certeza como agora de que amanhã será outro dia. Depois do dia 31 de dezembro de 2022, Bolsonaro deixará a presidência e Lula assumirá, no dia primeiro de janeiro de 2023. O caminho até a vitória não foi fácil e o resultado eleitoral deve servir de aprendizado.

As eleições escancararam o Brasil profundo do racismo, do machismo, do autoritarismo, da anti-esquerda, do anticomunismo e também de bandeiras fascistas. Foram mais de 58 milhões de votos em Bolsonaro, que significaram, prioritariamente, ou uma conivência com essas ideias ou mesmo o apoio a elas. O grande apoio recebido em 2022 é mais preocupante do que aquele recebido em 2018. Mesmo perdendo as eleições, no segundo turno de 2022, Bolsonaro conseguiu 400 mil votos a mais do que em 2018, quando se saiu vencedor. O número de votos praticamente se repete e a história se confirma para aqueles que duvidavam de como pensa ou se comporta quase metade dos brasileiros.

Por outro lado, a votação recorde em Lula é a esperança. Foi uma resposta do mesmo Brasil contra o sadismo do atual governo, contra as manifestações fascistas, contra um governante que despreza os trabalhadores e os mais necessitados. O voto em Lula foi por todas as vítimas da covid-19, por todos que morreram de fome e por aqueles que perderam seus empregos durante esses quatro anos. É muito expressivo o fato de o quinto maior país do mundo derrotar nas urnas um líder fascista que levou a cabo um governo de extrema direita.

Se as condições socioeconômicas externas e internas para o próximo ano não são as mais favoráveis possíveis, como visto inicialmente, será melhor passar por essa sob a liderança de Lula e de um governo comprometido com o povo brasileiro.

Neste Cuaderno pudemos trazer à tona os principais desafios do próximo governo Lula e apontar as possibilidades de avanço em diversas áreas. Na área econômica, se impõe o desafio de adotar uma política fiscal que realmente se adeque às necessidades do povo brasileiro, em que os pobres terão que voltar a fazer parte do orçamento público. Foi também destacado no texto a grave situação socioeconômica vivida pelo país e as políticas que deverão voltar a ser adotadas, como o Programa Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, medidas para reindustrializar o país, reativar a política ambiental e investir nas áreas da saúde e educação. No campo da política externa, foi destacado que as relações exteriores do Brasil com os países latino-americanos estão nas prioridades do próximo governo Lula, sendo a tarefa mais imediata, para o fortalecimento da região, sua integração produtiva, por meio de acordos na Unasul, no Mercosul e na CELAC, e revendo alguns acordos birregionais que não são favoráveis para os países da região, entre Mercosul e União Europeia. O texto que tratou sobre os desafios da reforma agrária destacou a importância da política, inserida dentro de um contexto mais amplo, aquele de combate às mazelas sociais como a fome e a desigualdade social. Ainda, foi destacado que é tarefa urgente

das famílias assentadas continuar produzindo alimentos e promovendo ações de solidariedade. Na entrevista sobre o bolsonarismo, destacamos aqui a análise sobre a perspectiva do fenômeno diante da vitória de Lula: por um lado, o bolsonarismo deve-se manter sólido, dado que ele possui raízes sócio-culturais profundas no Brasil, por outro, pode perder força, caso a figura de Bolsonaro sofra uma punição, como uma prisão, e pela ação do próximo governo ao melhorar as condições de vida do povo. A vitória de Lula poderá ser um exemplo positivo para a luta contra a extrema direita na região da América Latina e Caribe. Lula é um líder de massas que claramente representa um contraponto ao extremismo na região. Por fim, o último texto alçou o Poder Popular como estratégia para as melhorias sociais no Brasil e na região da América Latina e do Caribe, elencando tarefas prioritárias no campo das lutas, como o enfrentamento ao fundamentalismo e a centralidade das lutas pela alimentação saudável, que combine a produção de alimentos com o cuidado com a natureza.

Portanto, seguindo o tema de nosso texto de fechamento, para as possibilidades de avanços se concretizarem, elas não podem depender somente do governo, mas devem contar também com um Poder Popular ativo, em que os movimentos sociais organizados expressem as vontades do povo nas ruas.

Que o terceiro governo de Lula se construa sendo exemplo novamente em políticas públicas, que dão dignidade aos nossos povos; que signifique a união e o fortalecimento entre os países da América Latina e do Caribe, movimento mais do que necessário para que não se repitam práticas como a perseguição sofrida por Lula. Para que possamos resistir aos intentos golpistas que frequentemente se manifestam em Nuestra América, como o mais recente na Bolívia, com a tentativa de derrubada Luis Arce. Esses últimos acontecimentos servem para nos deixar em alerta. Como cantava a nossa musa da Tropicália, Gal Costa, que nos deixou no dia 09 de novembro de 2022, “Atenção! É preciso estar atento e forte”.

A onda de governos progressistas não se garantirá por si só. Além da união entre esses governos, será necessária a mobilização dos povos em defesa de nossos interesses. Para solidificar essa defesa, será preciso o fortalecimento de nossas bandeiras, avançando em nossas demandas.

As condições estão dadas, as janelas de possibilidades de avanços, diante dos desafios, estão postas. É hora de esperar, é hora de lutar.

 @tricontinental\_ar

@tricontinental\_br

 thetricontinental

 @tricon\_es

@tricon\_pt

 eltricontinental.org

otricontinental.org

